

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JOSÉ MARIA MELO NETO

**VINCULAÇÃO PESSOA-AMBIENTE: TECENDO CONEXÕES NO FAZER DA
PSICOLOGIA**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

JOSÉ MARIA MELO NETO

**VINCULAÇÃO PESSOA-AMBIENTE: TECENDO CONEXÕES NO FAZER DA
PSICOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Dra. Moema Alves Macedo

JOSÉ MARIA MELO NETO

**VINCULAÇÃO PESSOA-AMBIENTE: TECENDO CONEXÕES NO FAZER DA
PSICOLOGIA**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Moema Alves Macedo

Membro: Me. Alex Figueiredo da Nóbrega

Membro: Me. Joel Lima Júnior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

VINCULAÇÃO PESSOA-AMBIENTE: TECENDO CONEXÕES NO FAZER DA PSICOLOGIA

José Maria Melo Neto¹
Dra. Moema Alves Macedo²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a vinculação afetiva pessoa-ambiente a partir dos diálogos com a Psicologia Ambiental destacando suas implicações para a prática psicológica em diferentes contextos. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentando-se em autores que discutem a relação entre sujeitos, territórios, vínculos afetivos e significações construídas nos espaços de convivência. Os resultados evidenciam que o vínculo com o ambiente envolve dimensões simbólicas, sociais e históricas, influenciando diretamente processos de identidade, pertença e bem-estar. Observou-se que, no contexto social e comunitário, essa vinculação fortalece redes de apoio, senso de coletividade e participação social; no contexto educacional, favorece a aprendizagem, o engajamento e a inclusão; e, no contexto clínico, amplia a compreensão do sofrimento psíquico ao considerar as condições ambientais que atravessam a experiência do sujeito. Conclui-se que integrar a análise pessoa-ambiente ao fazer psicológico contribui para intervenções mais contextualizadas, sensíveis e efetivas, reforçando a importância de práticas comprometidas com a realidade socioterritorial e com a promoção do bem-estar individual e coletivo.

Palavras-chave: psicologia ambiental; espaço geográfico; subjetividade; o ser humano e seu lugar.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: josemaria004@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e o espaço constitui um tema de grande relevância para as ciências humanas e sociais, pois o ambiente em que os indivíduos vivem influencia diretamente seus modos de ser, pensar e agir. O espaço não é apenas um cenário físico neutro, mas um lugar dotado de significados, símbolos e memórias que participam ativamente do processo de constituição da subjetividade (Tuan, 1983). A Psicologia Ambiental, enquanto campo de estudo interdisciplinar, surge com o propósito de compreender essas interações, investigando como os aspectos físicos, sociais e culturais do ambiente contribuem para moldar percepções, identidades e comportamentos humanos (Moser, 1998).

No contexto contemporâneo, marcado por acelerada urbanização, desigualdades socioespaciais e intensas transformações ambientais, torna-se ainda mais evidente a necessidade de investigar os efeitos dos espaços habitados na vida das pessoas. De acordo com Elali (2006), fatores como densidade populacional, mobilidade urbana, qualidade das habitações e presença de áreas verdes impactam diretamente o bem-estar psicológico, podendo favorecer tanto processos de saúde quanto situações de vulnerabilidade. No Brasil, essa discussão ganha relevância diante de um cenário urbano caracterizado por contrastes sociais, desigualdade de acesso a serviços básicos e diversidade cultural, o que evidencia a importância de refletir sobre como diferentes espaços produzem distintas formas de subjetividade.

A inserção da Psicologia Ambiental no Brasil ocorreu a partir dos anos 1980, vinculada a grupos de pesquisa que buscavam integrar contribuições da Geografia Humana, da Sociologia e da Arquitetura às práticas psicológicas (Pinheiro, 1997). Desde então, a área se desenvolveu de forma interdisciplinar, com foco em problemáticas como qualidade de vida nas cidades, apropriação simbólica do lugar e práticas de educação ambiental. Essa trajetória evidencia que, mais do que compreender a influência do espaço sobre o comportamento, a Psicologia Ambiental busca promover uma prática crítica voltada à transformação social e à valorização do ambiente como elemento constitutivo da experiência humana (Moser, 1998).

Nesse cenário, o psicólogo tem papel central ao reconhecer que o espaço influencia as formas de subjetivação e que ambientes diferentes (urbanos, rurais, educativos, clínicos ou comunitários) exigem práticas diferenciadas. De acordo com Gifford (2014), considerar o contexto ambiental amplia as possibilidades de intervenção psicológica, tornando-a mais sensível às realidades vividas pelas pessoas e comunidades. Isso se alinha às orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022), que destaca a importância de práticas

comprometidas com os direitos humanos, a diversidade e a promoção do bem-estar nos diferentes contextos de atuação.

Diante do exposto, a presente pesquisa orienta-se pela seguinte indagação: de que maneira a Psicologia Ambiental dialoga com a vinculação afetiva pessoa-ambiente? A justificativa do estudo se estrutura em três dimensões complementares. No aspecto pessoal, decorre do interesse acadêmico em aprofundar o entendimento da interface entre ambiente e subjetividade, considerando experiências práticas em contextos sociais e comunitários. Além do interesse acadêmico em aprofundar a interface entre ambiente e subjetividade também se relaciona à minha formação inicial em Geografia e à experiência docente na área, que proporcionaram vivências concretas sobre como os espaços sociais influenciam as formas de perceber, sentir e agir. Essa trajetória fortaleceu o desejo de compreender, pela perspectiva psicológica, os processos subjetivos que emergem das relações entre indivíduos, território e contexto sociocultural.

Uma experiência marcante que também reforçou meu interesse pela temática ocorreu durante uma visita a uma comunidade localizada no centro da Aldeota, em Fortaleza, marcada pelo contraste entre o alto valor imobiliário da região e a vulnerabilidade social de seus moradores. Estar naquele território permitiu observar como o espaço não se resume a um cenário físico, mas constitui um lugar carregado de memórias, significados e pertencimento. As narrativas dos moradores, profundamente afetados pelos processos de desapropriação e pressão urbanística, revelaram uma forte vinculação afetiva com o território, compreendido como parte de sua identidade individual e coletiva. Caminhar pelas ruas, ouvir histórias de resistência e presenciar a potência das relações de vizinhança ampliou minha percepção sobre a dimensão subjetiva do espaço e sobre como mudanças forçadas no ambiente atingem diretamente aspectos emocionais, simbólicos e identitários.

No âmbito social, a relevância do trabalho se relaciona às transformações nos modos de habitar e se relacionar com os espaços, especialmente em um país marcado por desigualdades urbanas e ambientais. Já no campo acadêmico, a contribuição se dá pela ampliação do debate científico sobre a Psicologia Ambiental no Brasil, fortalecendo a produção de conhecimento e incentivando novas investigações sobre a temática.

Assim, o objetivo geral do estudo consiste em refletir sobre a vinculação afetiva pessoa-ambiente a partir dos diálogos com a Psicologia Ambiental e, de forma mais específica, buscase: compreender o desenvolvimento da Psicologia Ambiental no Brasil; refletir sobre as influências do espaço e do lugar nos processos de subjetivação; e discutir as implicações da

relação entre ambiente e subjetividade para a prática psicológica em diferentes contextos (social, educacional, clínico e comunitário).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica, com o propósito de compreender as inter-relações entre o espaço geográfico e a constituição da subjetividade humana sob a égide da Psicologia Ambiental. Conforme exposto por Gil (2022), investigações de caráter qualitativo e exploratório são adequadas quando se pretende mapear áreas pouco sistematizadas ou complexas, permitindo apreender nuances, significados e contextos que orientam tanto a construção teórica quanto proposições para a prática profissional. A opção por este delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de reunir, comparar e sintetizar contribuições conceituais e empíricas provenientes de diferentes campos (psicologia, geografia humana, arquitetura, ciências sociais), de modo a oferecer compreensão ampla e detalhada acerca do papel do espaço nas dinâmicas de subjetivação.

A coleta de material bibliográfico foi realizada entre fevereiro e setembro de 2025 por meio de buscas sistemáticas nas bases SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e repositórios institucionais (ex.: bibliotecas digitais de universidades federais e portais de teses e dissertações). Utilizaram-se como descritores as palavras-chave: “psicologia ambiental”, “espaço geográfico”, “subjetividade” e “o ser humano e seu lugar”. A estratégia de busca combinou termos isolados e expressões compostas, aplicadas em títulos, resumos e palavras-chave das bases, com recorte temporal amplo (desde as décadas de 1980 até 2025) para abarcar a emergência teórica do campo e suas produções contemporâneas.

Foram inicialmente localizados 30 materiais relevantes ao tema, compreendendo artigos científicos, capítulos de livros, livros, dissertações e teses. Após a aplicação da triagem por título e resumo, seguida da leitura do texto completo quando disponível, 18 documentos foram selecionados para análise detalhada. Os critérios de inclusão adotados contemplaram: (a) textos com fundamentação teórica e/ou empírica sobre as relações espaço-lugar-subjetividade; (b) obras que discutam explicitamente o desenvolvimento da Psicologia Ambiental no contexto brasileiro; (c) publicações em português (preferencialmente) e em inglês quando relevantes; e (d) acesso ao texto integral para leitura crítica. Foram excluídos materiais que tratassem o

espaço apenas como cenário neutro, textos sem rigor metodológico aparente (sem revisão por pares ou sem referências bibliográficas claras) e documentos cuja íntegra não pôde ser obtida por meios acadêmicos regulares.

O tratamento e a análise dos dados bibliográficos seguiram uma sequência sistemática: inicialmente procedeu-se ao fichamento e à extração de metadados (autor, ano, tipo de estudo, recorte geográfico, objetivo, metodologia, principais conceitos e conclusões), organizados em uma base de dados eletrônica (planilha). Em seguida, adotou-se a análise de conteúdo temática, conforme preconizado por Bardin (2011), para identificar categorias e núcleos de sentido presentes nas produções selecionadas.

Durante o processo de análise, seguiram-se rigorosamente as três fases propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação. Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos 18 textos selecionados, identificando recorrências conceituais e unidades de registro relacionadas aos temas centrais do estudo, como ambiente, espaço, subjetividade e lugar. Em seguida, na fase de exploração do material, procedeu-se à codificação temática, combinando uma lógica dedutiva (orientada pelos objetivos da pesquisa e pelos conceitos estruturantes da Psicologia Ambiental) e indutiva (permitindo a emergência de temas a partir do próprio corpus). Os trechos relevantes foram organizados em unidades de significado e agrupados conforme sua proximidade teórica, dando origem a um conjunto inicial de categorias provisórias. Essas categorias foram então refinadas a partir de sucessivas leituras comparativas, garantindo coerência interna, distinção clara entre núcleos de sentido e fidelidade ao material analisado. Finalmente, na etapa de tratamento e interpretação, as categorias consolidadas foram integradas e reorganizadas nos eixos que orientaram a discussão dos resultados, permitindo a identificação de convergências, tensões conceituais e lacunas presentes na literatura.

Nesse sentido, a análise concentrou-se em três eixos centrais definidos a partir dos objetivos do estudo: (1) desenvolvimento histórico e institucional da Psicologia Ambiental no Brasil; (2) teorias e evidências sobre as influências do espaço e do lugar nos processos de subjetivação; e (3) implicações e aplicações para a prática psicológica em contextos social, educacional, clínico e comunitário. Para cada eixo, realizou-se comparação entre autores, síntese das convergências e divergências conceituais e identificação de lacunas metodológicas e teóricas. Ao final, os achados foram sistematizados de modo a subsidiar o desenvolvimento dos capítulos subsequentes do trabalho, oferecendo subsídios teóricos para discutir como o espaço geográfico participa da constituição da subjetividade e para apontar recomendações metodológicas e temáticas para investigações futuras e intervenções profissionais.

Acrescenta-se que essa produção contou com o uso ético de ferramentas de inteligência artificial, o ChatGPT, exclusivamente como recurso de apoio técnico e heurístico, destinado a (a) ampliar estratégias de busca por fontes científicas; (b) oferecer sugestões de caminhos metodológicos; e (c) auxiliar reflexões semelhantes ao processo de orientação acadêmica, especialmente na formulação de reflexões orientadoras. O uso da ferramenta ocorreu de acordo com princípios éticos e não substituiu a produção autoral, a revisão teórica ou as análises realizadas pelo pesquisador. Todas as informações sugeridas pela IA foram verificadas, confrontadas com literatura acadêmica válida e analisadas criticamente antes de sua eventual incorporação ao trabalho.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1. O desenvolvimento da psicologia ambiental no Brasil

A Psicologia Ambiental surgiu como um campo interdisciplinar interessado em compreender a interação entre o ser humano e os ambientes nos quais está inserido. Suas raízes remontam às décadas de 1960 e 1970, quando pesquisadores começaram a investigar como características físicas, sociais e culturais dos espaços influenciam comportamentos, emoções e processos cognitivos. Inicialmente, o enfoque esteve na relação entre comportamento humano e ambientes construídos, como residências, escolas e locais de trabalho, buscando identificar fatores que afetassem a produtividade, a satisfação e o bem-estar das pessoas (Günther, 2005). A Psicologia Ambiental propõe que o ambiente não deve ser entendido como um mero cenário passivo, mas como um elemento ativo que contribui para a experiência, percepção e desenvolvimento humano.

Esse campo interdisciplinar se consolidou por meio da aproximação com áreas como arquitetura, urbanismo, geografia humana e sociologia, permitindo compreender de forma integrada como os espaços moldam e são moldados pelas ações humanas. Conceitos como apego ao lugar, identidade ambiental, percepção ambiental e comportamento pró-ambiental tornaram-se centrais, oferecendo subsídios para intervenções que promovam a qualidade de vida e a saúde mental em diferentes contextos (Tuan, 1983). A partir dessa base teórica, a Psicologia Ambiental expandiu-se globalmente, fornecendo métodos e modelos que mais tarde seriam adaptados por diferentes países, incluindo o Brasil, para analisar as particularidades culturais, sociais e urbanísticas locais.

O desenvolvimento da Psicologia Ambiental no Brasil está intimamente ligado às discussões internacionais sobre o impacto do ambiente no comportamento humano, que ganharam força a partir das décadas de 1960 e 1970. Inicialmente, a área concentrou-se em compreender como os espaços físicos e construídos influenciam as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas, aproximando-se de campos como a arquitetura, o urbanismo e a geografia humana (Pinheiro, 1997). Nesse período, pesquisadores brasileiros começaram a perceber a necessidade de analisar o ambiente não apenas como um contexto neutro, mas como um elemento ativo na constituição da subjetividade e nas relações sociais, enfatizando a importância do espaço-lugar como mediador das experiências humanas (Tuan, 1983). Tais estudos iniciais foram fundamentais para criar um diálogo interdisciplinar, possibilitando que conceitos de psicologia ambiental fossem aplicados tanto na análise de ambientes urbanos quanto na compreensão de processos individuais e coletivos de interação com o espaço.

Ao longo da década de 1980, a Psicologia Ambiental no Brasil passou a se consolidar enquanto campo acadêmico e de pesquisa, com a formação de grupos dedicados a investigar a inter-relação entre comportamento humano e ambiente em diferentes contextos sociais e culturais (Moser, 1998). Essa consolidação ocorreu em paralelo ao surgimento de cursos de pós-graduação em psicologia, arquitetura e planejamento urbano, que passaram a integrar perspectivas ambientais em suas linhas de pesquisa. Segundo Gifford (2014), considerar o contexto ambiental nas intervenções psicológicas amplia as possibilidades de ação profissional, tornando a prática mais sensível às condições vividas por indivíduos e comunidades. No Brasil, tal perspectiva foi fortalecida por autores que enfatizaram a necessidade de estudar o espaço urbano, a organização social e os significados subjetivos associados aos lugares, promovendo uma abordagem mais crítica e contextualizada da atuação psicológica (Elali, 2006).

Nos anos seguintes, a área expandiu-se e diversificou-se, incorporando conceitos de geopsíquica, psicogeografia e identidade ambiental, permitindo análises mais complexas sobre o impacto do ambiente na saúde, no bem-estar e na construção da subjetividade humana (Gifford, 2014). Pesquisadores brasileiros começaram a explorar a dimensão simbólica e afetiva dos lugares, reconhecendo que o apego ao espaço, a memória de lugares e o significado ambiental influenciam diretamente comportamentos e emoções (Pinheiro, 1997; Tuan, 1983). Ademais, o desenvolvimento da Psicologia Ambiental no Brasil passou a dialogar com políticas públicas urbanas e comunitárias, contribuindo para projetos de planejamento ambiental, de sustentabilidade e de promoção da qualidade de vida, consolidando a área como uma vertente da psicologia aplicada que articula ciência, prática e intervenção social (Moser, 1998).

A Psicologia Ambiental no Brasil, desde suas primeiras incursões nas décadas de 1960 e 1970, tem se consolidado como um campo interdisciplinar que busca compreender as interações entre o ser humano e seu ambiente. Inicialmente, influenciada por modelos internacionais, a área focava na análise do comportamento humano em relação aos espaços físicos e sociais. No entanto, com o tempo, pesquisadores brasileiros passaram a enfatizar a importância de considerar as especificidades culturais, sociais e históricas do contexto brasileiro nas investigações psicológicas ambientais. Segundo Pinheiro (1997), a Psicologia Ambiental no Brasil deve ser entendida como um campo que transcende a simples adaptação de modelos estrangeiros, sendo necessário um olhar crítico e adaptado à realidade local.

No decorrer das décadas seguintes, a Psicologia Ambiental no Brasil passou a se diversificar, incorporando novas perspectivas e abordagens. Autores como Moser (1998) destacam a importância de se considerar os aspectos subjetivos e simbólicos na relação entre o indivíduo e o ambiente, ampliando o escopo da disciplina para além da análise comportamental. Essa ampliação teórica permitiu que a Psicologia Ambiental no Brasil dialogasse com outras áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, enriquecendo suas análises e práticas.

Além disso, a atuação da Psicologia Ambiental no Brasil tem se expandido para diferentes contextos e populações. Estudos realizados por Silvestrin, Kuhnen e Tribéss (2019) evidenciam a aplicação da Psicologia Ambiental em áreas como o planejamento urbano, a educação ambiental e a saúde pública, demonstrando a versatilidade e a relevância da disciplina em diversos cenários. Essas pesquisas ressaltam a importância de se considerar as dimensões psicológicas nos processos de intervenção e planejamento, visando promover ambientes mais saudáveis e adequados às necessidades humanas.

A formação acadêmica e profissional também desempenha um papel crucial no desenvolvimento da Psicologia Ambiental no Brasil. O Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA), por exemplo, foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculando-se ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia dessa instituição. O GEPA tem atuado no desenvolvimento de pesquisas, ensino e extensão na área de Psicologia Ambiental, contribuindo para a consolidação desse campo no Brasil. Esses grupos promovem a integração entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e comprometidos com as questões ambientais. Segundo estudos realizados pelo GEPA (2019), a atuação desses grupos tem fortalecido a Psicologia Ambiental no Brasil, consolidando-a como um campo de atuação profissional reconhecido (Pinheiro *et al.*, 2019).

A consolidação da Psicologia Ambiental no Brasil também se relaciona ao crescente interesse pelo impacto do ambiente urbano e natural sobre a saúde mental e o comportamento humano. Estudos contemporâneos têm demonstrado que aspectos do espaço, como densidade populacional, poluição sonora, organização urbana e presença de áreas verdes, exercem influência direta sobre o bem-estar psicológico, a percepção de segurança e a qualidade de vida dos indivíduos (Gifford, 2014). Nesse contexto, pesquisadores brasileiros passaram a investigar, de forma mais sistemática, como o ambiente construído e natural pode favorecer ou prejudicar a subjetividade, contribuindo para a formulação de políticas públicas e práticas de intervenção mais adequadas às demandas locais. A partir dessa perspectiva, a Psicologia Ambiental se consolida como um campo que integra conhecimento psicológico, social e ambiental para compreender as complexas relações entre indivíduo e espaço (Silvestrin; Kuhnen; Tribéss, 2019).

Adicionalmente, a produção acadêmica no Brasil evidencia o esforço de pesquisadores em construir metodologias próprias para investigar a relação entre o ser humano e seu ambiente, considerando a diversidade cultural e regional do país. Elali (2006) argumenta que a Psicologia Ambiental brasileira não deve apenas replicar modelos internacionais, mas adaptar instrumentos e procedimentos de pesquisa para refletir as particularidades socioculturais e geográficas do país. Estudos de campo realizados em cidades nordestinas e regiões metropolitanas do Sudeste, por exemplo, mostram que a percepção de pertencimento ao lugar, a memória afetiva e os vínculos comunitários desempenham papéis centrais na constituição da subjetividade, reforçando a necessidade de abordagens contextualizadas (GEPA, 2019).

Outro avanço importante observado na literatura brasileira é a incorporação de dimensões socioambientais e sustentáveis às pesquisas em Psicologia Ambiental. O desenvolvimento de estudos sobre justiça ambiental, percepção de risco e impactos de desastres naturais tem permitido compreender como diferentes populações lidam com a transformação do espaço e como essas experiências influenciam a construção de identidade e comportamento coletivo (Pol, 1993). Pesquisas recentes realizadas por Carvalho, Elali e colaboradores (2020) mostram que comunidades afetadas por desastres ambientais no Nordeste brasileiro desenvolvem estratégias de resiliência e adaptação que refletem não apenas condições objetivas do espaço, mas também significados simbólicos e afetivos relacionados ao lugar, evidenciando a importância do olhar psicológico para além da dimensão física.

A Psicologia Ambiental no Brasil também tem se aproximado de áreas aplicadas, como planejamento urbano, educação e saúde pública, reforçando a relevância da disciplina na formulação de políticas sociais e ambientais. Higuchi, Kuhnen e Pato (2019) destacam que

intervenções em escolas, hospitais e espaços comunitários, baseadas em princípios de Psicologia Ambiental, contribuem para ambientes mais acolhedores, redução de estresse e estímulo ao desenvolvimento cognitivo e emocional. Esses estudos demonstram que a aplicação prática da Psicologia Ambiental não se limita ao entendimento teórico das relações espaço-subjetividade, mas se estende à promoção de qualidade de vida, bem-estar coletivo e participação cidadã.

A crescente produção científica brasileira também tem enfatizado a importância da interdisciplinaridade. Pesquisadores como Tuan (1983) e Relph (1976), embora estrangeiros, têm influenciado os estudos nacionais ao fornecer conceitos fundamentais sobre espaço e lugar, que são reinterpretados pelos pesquisadores brasileiros dentro de contextos culturais e geográficos específicos. Além disso, contribuições da Geografia Humana, da Sociologia Urbana e da Antropologia Cultural têm sido incorporadas, fortalecendo análises sobre como o ambiente físico, social e simbólico interage com a subjetividade humana (Elali, 2006; Gifford, 2014). Essa abordagem interdisciplinar permite compreender não apenas o impacto do espaço sobre o indivíduo, mas também como os sujeitos influenciam, transformam e atribuem significado aos lugares em que vivem. Nesse contexto interdisciplinar, destaca-se a relevância dos conceitos de espaço e lugar como categorias centrais para compreender os processos de subjetivação que emergem da relação entre o sujeito e o ambiente.

2.2.2 As influências do espaço e do lugar nos processos de subjetivação

A relação entre espaço, lugar e subjetividade constitui um dos eixos centrais da Psicologia Ambiental, uma vez que o ambiente não se limita a um cenário físico neutro, mas representa um campo simbólico, afetivo e relacional que participa ativamente da constituição do sujeito. A subjetividade humana, nesse sentido, é construída na interação com o espaço habitado, de modo que o ambiente contribui tanto para a formação da identidade individual quanto para o sentimento de pertencimento coletivo. Tuan (1983) descreve o lugar como um “espaço humanizado”, onde o sujeito deposita significados, memórias e afetos que dão forma à sua experiência existencial. Assim, o espaço se torna lugar quando é vivido e sentido, quando deixa de ser apenas o meio físico para se transformar em um território de sentido, identidade e história pessoal.

Na perspectiva da Psicologia Ambiental, os conceitos de apego ao lugar (*place attachment*), identidade de lugar (*place identity*) e percepção ambiental (*environmental perception*) são fundamentais para compreender os modos como os indivíduos atribuem valor

simbólico e emocional ao ambiente. O apego ao lugar, segundo Giuliani (2004), refere-se ao vínculo afetivo estabelecido entre a pessoa e o espaço, sendo construído a partir de experiências de uso, convivência e memória. Já a identidade de lugar diz respeito à incorporação do espaço na autoimagem e na construção da subjetividade, representando a forma como os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos por meio de seus lugares de pertencimento (Moser, 1998). Dessa forma, o espaço influencia não apenas o comportamento, mas também a maneira como as pessoas se percebem, se relacionam e organizam suas experiências emocionais e sociais.

A subjetivação, entendida como o processo de constituição do sujeito em sua relação com o mundo, encontra no espaço um mediador essencial. Nesse sentido, estudos contemporâneos têm mostrado que a forma como o ambiente é configurado, percebido e vivenciado pode favorecer o bem-estar psicológico, a autonomia e o sentimento de identidade, ou, ao contrário, gerar alienação, sofrimento e perda de pertencimento (Gifford, 2014; Trujillo *et al.*, 2021). Em contextos urbanos marcados pela desigualdade e pela fragmentação espacial, por exemplo, o acesso desigual a espaços públicos, áreas verdes e habitações adequadas impacta diretamente os modos de viver e sentir o espaço, interferindo na construção da subjetividade e nas experiências de comunidade (Elali, 2006). A ausência de um lugar simbólico de pertencimento pode resultar em sentimentos de desorientação e de deslocamento identitário, fenômenos cada vez mais observados nas sociedades contemporâneas, onde as transformações ambientais e sociais modificam constantemente os modos de habitar.

Além dos aspectos físicos, o espaço também abriga dimensões simbólicas e afetivas que contribuem para a subjetivação. Conforme Alarcon, Campos e Gonçalves (2018), as “ambiências urbanas”, que combinam elementos físicos, culturais e sensoriais, são fundamentais para compreender como as pessoas atribuem sentido ao lugar e constroem suas identidades. Essa dimensão simbólica evidencia que a subjetividade é constituída a partir de uma relação dialética entre o indivíduo e o ambiente, na qual o sujeito interpreta, ressignifica e transforma o espaço, ao mesmo tempo em que é por ele influenciado. Dessa forma, o espaço pode ser compreendido como extensão do *self*, um espelho simbólico que reflete a forma como o sujeito se inscreve no mundo.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha particular relevância diante de processos de urbanização acelerada, remoções forçadas e desigualdades territoriais. Estudos realizados por Mattedi e Butzke (2001) apontam que populações atingidas por desastres ambientais ou deslocamentos compulsórios vivenciam rupturas nos vínculos de pertencimento e na continuidade simbólica com o lugar, o que pode gerar impactos emocionais significativos, como perda de identidade e fragilidade de vínculos comunitários. Tais fenômenos demonstram que o

espaço não é apenas um suporte físico da existência, mas um componente estruturante das experiências subjetivas, capaz de promover tanto saúde quanto sofrimento psíquico.

Outro aspecto importante refere-se à apropriação e ao uso do espaço como expressão da subjetividade. A maneira como as pessoas organizam seus ambientes domésticos, participam de espaços coletivos e constroem territórios de convivência reflete dimensões profundas de sua identidade e de seu modo de estar no mundo. Arcaro e Gonçalves (2012) destacam que a apropriação do espaço envolve processos de identificação simbólica e afetiva, por meio dos quais o sujeito imprime sua marca no ambiente, transformando-o em um prolongamento de si. A falta dessa apropriação, por outro lado, pode produzir experiências de não pertencimento e alienação espacial, frequentemente associadas à desintegração de vínculos sociais e à precarização das condições de moradia.

A Psicologia Ambiental, portanto, contribui para revelar que os processos de subjetivação estão intimamente vinculados ao espaço vivido. A constituição do sujeito não se dá em isolamento, mas em constante relação com os lugares que habita, que, por sua vez, refletem e condicionam suas experiências emocionais, sociais e culturais. Lopes (2022) argumenta que ser humano implica ser em um lugar, uma vez que a existência é necessariamente geográfica e situada. Essa compreensão amplia o campo de atuação do psicólogo, convidando-o a reconhecer que os espaços (sejam eles urbanos, comunitários, clínicos ou institucionais) são também protagonistas nos processos de construção de sentido e identidade.

Assim, compreender as influências do espaço e do lugar na subjetividade é reconhecer que o ambiente constitui parte essencial da experiência humana. O espaço vivido é um território de afeto, memória e pertencimento, e seu estudo revela dimensões profundas da existência e da identidade. A Psicologia Ambiental, ao investigar essas interações, oferece um olhar sensível e contextualizado para o modo como os sujeitos se constroem em seus mundos, ressaltando que cada lugar habitado é também um espelho das subjetividades que nele se produzem (Tuan, 1983).

A contribuição de Milton Santos (2006), ainda que situada no campo da Geografia, amplia de forma significativa a compreensão das relações entre espaço e subjetividade ao destacar que o ambiente é constituído por dimensões indissociáveis: a tecnosfera, formada pelos objetos técnicos, infraestruturas e materialidades que organizam a vida urbana, e a psicofera, composta pelos valores, normas, representações e imaginários que orientam comportamentos, identidades e modos de viver. Para o autor, o espaço não é apenas um conjunto de formas, mas um meio técnico-científico-informacional que afeta diretamente a experiência humana e a

produção da vida cotidiana. Nesse sentido, a psicosfera opera como um campo simbólico que interfere nas percepções, nos afetos e nas possibilidades de ação dos sujeitos, consolidando práticas e modos de ser que influenciam os processos de subjetivação. Assim, as materialidades que compõem a tecnosfera, como habitações, vias, equipamentos urbanos ou sua falta, articuladas às dimensões simbólicas da psicosfera, moldam as vivências individuais e coletivas, indicando que o espaço é também expressão e determinante das subjetividades que nele se constituem (Santos, 2006).

Em *O Espaço do Cidadão*, Santos (1987) aprofunda a discussão sobre como as formas espaciais e as lógicas que organizam o território produzem diferentes condições de existência, afetando diretamente a construção da identidade, do pertencimento e da cidadania. O autor demonstra que a desigualdade socioespacial fragmenta o acesso aos recursos urbanos e cria circuitos diferenciados que condicionam não apenas a mobilidade e o uso do espaço, mas também os modos de sentir, perceber e significar o mundo vivido. Ao articular essas ideias com a Psicologia Ambiental, torna-se evidente que as experiências subjetivas são atravessadas por dinâmicas territoriais que favorecem ou restringem o desenvolvimento de vínculos afetivos com o lugar. Ambientes excluídos, marcados pela precarização urbana, tendem a gerar experiências de insegurança, invisibilidade e descontinuidade simbólica, enquanto espaços integradores propiciam identidade, memória e pertencimento. Portanto, o pensamento de Milton Santos contribui para reforçar que o espaço não apenas abriga o sujeito, mas é uma instância ativa na produção de subjetividades, operando tanto no plano material quanto no simbólico.

2.2.3 Implicações e aplicações para a prática psicológica em contextos social, educacional, clínico e comunitário

A Psicologia Ambiental oferece contribuições essenciais para a prática psicológica ao reconhecer que os processos de subjetivação e as dinâmicas comportamentais são inseparáveis dos ambientes físicos, simbólicos e socioculturais nos quais os sujeitos estão inseridos. No contexto social, essa abordagem permite ao psicólogo compreender como as desigualdades territoriais e as condições de vida impactam diretamente a saúde mental e o bem-estar das populações. Ambientes urbanos precarizados, caracterizados por violência, falta de infraestrutura, ausência de equipamentos públicos e fragmentação espacial, produzem sentimentos de insegurança, estresse crônico, perda de pertencimento e fragilidade das redes de apoio (Rotuno; Silveira; Gonçalves, 2022).

Essa leitura é reforçada por autores como Santos (2006), que, ao discutir as dimensões da tecnosfera e da psicosfera, evidencia que o espaço é produto e produtor de modos de vida, valores, práticas e afetos. Assim, a atuação psicológica em políticas sociais exige uma compreensão ampliada das influências do território sobre o sofrimento psíquico, incorporando avaliações socioambientais, participação em diagnósticos intersetoriais e desenvolvimento de estratégias que considerem o ambiente como fator central na promoção da qualidade de vida.

No campo educacional, a Psicologia Ambiental destaca que a organização espacial das escolas, bem como suas ambiências físicas, estéticas e simbólicas, influenciam de forma direta o comportamento, a aprendizagem e a construção de vínculos. Espaços iluminados, ventilados, acessíveis e acolhedores favorecem o foco, a colaboração e a regulação emocional, enquanto ambientes ruidosos, superlotados ou despersonalizados tendem a gerar estresse, dispersão e conflitos. Além disso, o modo como os estudantes se apropriam do espaço escolar contribui significativamente para o sentimento de pertencimento e para a percepção de segurança. O psicólogo escolar, ao incorporar tais pressupostos, pode atuar na mediação entre estrutura física, práticas pedagógicas e relações sociais, contribuindo para a criação de ambientes inclusivos, estimulantes e coerentes com a diversidade dos sujeitos. Essa perspectiva amplia a atuação tradicional da psicologia na escola, deslocando-a também para a análise crítica de como o ambiente educacional potencializa ou inibe o desenvolvimento integral (Oliveira; Gonçalves, 2019).

No contexto clínico, as contribuições da Psicologia Ambiental se tornam evidentes quando se considera que o *setting* terapêutico é também um espaço carregado de simbolismos e influências perceptivas que moldam a relação entre paciente e terapeuta. Elementos como disposição do mobiliário, iluminação, privacidade, temperatura e organização do ambiente impactam a sensação de acolhimento e segurança emocional, favorecendo ou dificultando a expressão afetiva. Entretanto, a abordagem ambiental também faz sentido no consultório; ela orienta o clínico a considerar os ambientes cotidianos dos pacientes, como a casa, a vizinhança, o trabalho e a comunidade, como elementos que participam da formação de padrões comportamentais, crenças e vivências emocionais. A análise desses múltiplos espaços permite intervenções mais amplas e contextualizadas, reconhecendo que o sofrimento subjetivo é sempre vivido em um território que o sustenta ou o agrava. Dessa forma, compreender a relação entre sujeito e ambiente torna-se indispensável para a formulação clínica e para a escolha de estratégias terapêuticas sensíveis às múltiplas camadas da experiência humana (Bassani; Fernandes, 2017).

Assim, nos contextos comunitários, a Psicologia Ambiental oferece instrumentos valiosos para compreender como o território, a identidade de lugar e o senso de pertencimento estruturam a vida coletiva. Comunidades são formadas não apenas por pessoas, mas por símbolos, memórias e práticas que se inscrevem no espaço cotidiano. Quando esse território é abalado por violências, desastres ambientais, remoções forçadas ou ausência de políticas públicas, ocorre um rompimento dos vínculos identitários e uma fragilização das redes comunitárias, gerando efeitos significativos sobre a saúde mental (Lima; Bomfim, 2009).

A atuação do psicólogo nesses contextos envolve a realização de diagnósticos socioambientais participativos, a facilitação de espaços de diálogo, o fortalecimento das redes de apoio e a valorização da história e da cultura local. Estratégias como mapeamentos afetivos, intervenções urbanas colaborativas e projetos de fortalecimento territorial contribuem para resgatar a autonomia comunitária, reforçar o pertencimento e promover saúde de forma contextualizada. Por conseguinte, torna-se evidente que a Psicologia Ambiental, ao integrar dimensões físicas, simbólicas e sociais do ambiente, amplia a compreensão da prática psicológica e sustenta intervenções mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a transformação das condições que moldam a experiência humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre a vinculação afetiva pessoa-ambiente como um fenômeno central para a compreensão das interações humanas nos contextos social, educacional, clínico e comunitário, articulando os aportes da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental. A partir da literatura revisada, evidencia-se que o vínculo entre indivíduos e espaços não se limita a aspectos físicos, mas envolve dimensões simbólicas, afetivas, históricas e socioculturais que configuram subjetividades e modos de pertença. Assim, compreender como as pessoas significam os ambientes nos quais vivem, estudam, trabalham e constroem redes sociais torna-se essencial para práticas psicológicas que almejem transformação social, fortalecimento comunitário e promoção do bem-estar.

As discussões apresentadas reforçam que a Psicologia Comunitária contribui para compreender o ambiente como espaço de construção coletiva, fortalecimento das identidades e desenvolvimento da autonomia. Já a Psicologia Ambiental amplia a análise ao incluir a influência das características físicas do espaço, da organização territorial e das condições ecológicas sobre o comportamento humano. Dessa articulação, emerge um entendimento mais integrado e potente das relações pessoa-ambiente, reconhecendo que os espaços podem

produzir pertencimento, segurança e participação, mas também podem gerar exclusão, vulnerabilidade e rupturas subjetivas.

Nos contextos sociais e comunitários, os achados indicam que a atuação psicológica deve considerar o território como elemento estruturante das práticas interventivas, reconhecendo que vínculos afetivos positivos com o ambiente fortalecem a coesão social, o senso de comunidade e a capacidade coletiva de enfrentar adversidades. Em contextos educacionais, os resultados sugerem que o espaço escolar, quando percebido como acolhedor e significativo, favorece processos de aprendizagem, inclusão e desenvolvimento emocional. Já no campo clínico, compreender os vínculos ambientais permite ao psicólogo acessar aspectos importantes da história de vida dos indivíduos, contribuindo para intervenções mais sensíveis às condições materiais e simbólicas que atravessam cada sujeito.

De modo geral, conclui-se que a vinculação afetiva pessoa-ambiente representa um conceito fundamental para ampliar a compreensão dos fenômenos psicológicos e aprimorar práticas profissionais em diferentes cenários de atuação. A articulação entre Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental amplia o olhar sobre os modos como os indivíduos constroem pertencimento e como os ambientes contribuem para o bem-estar ou para o sofrimento psíquico. Por fim, destaca-se a necessidade de novos estudos, especialmente empíricos, que aprofundem a relação entre subjetividade, espaço e práticas psicológicas, de modo a fortalecer abordagens mais contextualizadas, éticas e comprometidas com a promoção de saúde, cidadania e transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, Sandra Acosta; CAMPOS, Juliano Bitencourt; GONÇALVES, Tânia Mara. Ambiências urbanas: personificação da cultura no espaço público. *Criar Educação, Criciúma*, v. 7, n. 2, p. 97-110, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/4104>. Acesso em: 19 out. 2025.
- ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. *Raega*, v. 25, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v25i0.28003>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASSANI, Marlise A.; FERNANDES, Fabiana Coelho. Psicologia clínica ambiental em comunidades terapêuticas: intervenção por meio de capacitação profissional. *Revista do NUFEN*, Belém, v. 9, n. 1, p. 84-104, jan. 2017. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912017000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 16 nov. 2025.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução CFP nº 010/2022: diretrizes para atuação ética e comprometida com direitos humanos na prática psicológica*. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucoes/>. Acesso em: 23 set. 2025.

ELALI, Gleice Azambuja. Uma contribuição da psicologia ambiental à discussão de aspectos comportamentais da avaliação pós-ocupação. *PosFAUUSP*, São Paulo, n. 20, p. 158–169, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i20p158-169>. Acesso em: 19 set. 2025.

GEPA – GRUPO DE ESTUDOS INTER-AÇÕES PESSOA-AMBIENTE. *Trinta e cinco anos de Psicologia Ambiental no Rio Grande do Norte*. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-294X2019000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 23 set. 2025.

GIFFORD, Robert. *Environmental psychology: principles and practice*. 5. ed. Colville, WA: *Optimal Books*, 2014. ISBN 9780993771903. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/environmental-psychology-principles-and-practice/oclc/892431878>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIULIANI, M. V. Theory of attachment to place. In: BONNES, M.; LEE, T.; BONAIUTO, M. (orgs.). *Psychological theories for environmental issues*. Aldershot: Ashgate, 2004.

GÜNTHER, Hartmut. A Psicologia Ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. *Psicologia USP*, v. 16, n. 2, p. 7-17, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/phvKzfbqJ5gyfHrq5CNMWwp/>. Acesso em: 23 set. 2025.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane; PATO, Claudia (Org.). *Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos*. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2019. 191 p. ISBN 978-85-60501-37-3. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196574/Livro%20Psicologia%20Ambiental%20em%20Contextos%20Urbanos.pdf?isAllowed=y&sequence=1&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 set. 2025.

LIMA, Deyseane Maria Araújo; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico, Porto Alegre*, v. 40, n. 4, p. 472-480, 2009. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/revistapsico/article/view/4711>. Acesso em: 16 nov. 2025.

LOPES, Jahan Natanael Domingos. *Psicologia socioespacial: a existência geográfica no meio ambiente*. *Geoconexões*, v. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53528/geoconexes.v1i1.68>. Acesso em: 19 out. 2025.

MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, Ano IV, n. 9, 2º semestre, p. 1-20, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/x66QG3tgHBsqYjPvNtTpTQm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2025.

MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia* (Natal), Natal, v. 3, n. 1, p. 121–130, jun. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/JJ6HsWrYfmYZy9XxZxtYVFr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

OLIVEIRA, Roselene Vargas; GONÇALVES, Teresinha Maria. O espaço sociofísico da escola como facilitador das relações no ambiente escolar: um estudo de psicologia ambiental. *Tecnologia e Ambiente*, v. 25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18616/ta.v25i0.5276>. Acesso em 13 nov. 2025.

PINHEIRO, José Queiroz. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 377–398, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200011>. Acesso em: 15 set. 2025.

PINHEIRO, José Q.; ELALI, Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja; GURGEL, Fernanda Fernandes; DINIZ, Raquel Farias; FARIAS, Tadeu Mattos; POL, Enric. Em busca do hífen: trinta e cinco anos de Psicologia Ambiental no Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia* (Natal), v. 24, n. 1, p. 90–100, jan./mar. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-294X2019000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 10 ago. 2025

POL, E. Environmental psychology in Europe. Form architectural psychology to green psychology. Aldershot. Inglaterra: Avebury, 1993.

ROTUNO, Rafaela Bohrer; SILVEIRA, Bruno Silva; GONÇALVES, Teresinha Maria. Espaços urbanos, espaços de passagem e subjetividade: um estudo sobre estações rodoviárias a partir da psicologia ambiental. *Cidades – Comunidades e Territórios*, v. 2, n. 44, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/9087>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVESTRIN, Denise; KUHLEN, Ariane. TRIBÉSS, Bianca. Contribuições da psicologia ambiental para promoção de saúde de pessoas em situação de rua. *Saúde e Pesquisa*, v. 12, n. 3, p. 583–590, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/download/7350/3581>. Acesso em: 19 set. 2025

TRUJILLO, Diego Henrique da Silva; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de. Subjetividade e espaço: análises

com Michel Foucault. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em:
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000100010.
Acesso em: 19 out. 2025.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. p. 1-22.